

ALERTA DE SUPERVISÃO N.º 09/2020

ERS, 30 de abril de 2020

Obrigação de registo e de atualização de registo dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde no Sistema de Registo de Estabelecimentos Regulados da Entidade Reguladora da Saúde

Considerando as diversas iniciativas em todo o território nacional, inscritas no atual contexto de emergência de saúde pública e situação excecional que se vive, face à epidemia SARSCoV-2 e à infeção epidemiológica por COVID-19, e que visam a criação de novas estruturas fixas dedicadas ao reforço da capacidade de resposta hospitalar e à prestação de cuidados de saúde complementares, denominados por “*hospitais de campanha*”, “*centros/unidades de rastreio*” ou “*centro de testes à Covid-19*”;

Considerando as atribuições e competências da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), nos termos do disposto no artigo 5.º dos seus Estatutos, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, em especial no que respeita à defesa dos direitos e interesses legítimos dos utentes e de garantia de qualidade e segurança dos cuidados de saúde prestados e, bem assim, à garantia da fiabilidade e rigor da informação constante do Sistema de Registo de Estabelecimentos Regulados (SRER) e à informação disponibilizada por esta Entidade Reguladora;

A ERS, no exercício dos seus poderes de supervisão, **alerta todas as entidades responsáveis por estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde**, para o seguinte:

- i. Todos os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde dos setores público, privado, cooperativo e social, independentemente da sua natureza jurídica, estão sujeitos à obrigação de registo, como condição de abertura e de funcionamento, o qual se destina a dar publicidade e a declarar a situação jurídica dos mesmos, tendo em vista o cumprimento das atribuições da ERS;

- ii. Nos termos do no n.º 3 do artigo 26.º dos Estatutos da ERS, as entidades responsáveis por esses estabelecimentos estão obrigadas a inscrevê-los no SRER previamente ao início da sua atividade, bem como a proceder à sua atualização, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da alteração dos dados do registo, mantendo-se a obrigação de registo na ERS enquanto os estabelecimentos se encontram abertos e em funcionamento;
- iii. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento n.º 66/2015 da ERS, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 29, de 11 de fevereiro de 2015, considera-se entidade responsável por estabelecimento prestador de cuidados de saúde e sujeito da obrigação de inscrição no registo, de pagamento da taxa de registo ou de contribuição regulatória, *“a pessoa, singular ou coletiva, que é proprietária, tutela, gere, detém ou, de qualquer outra forma, explora estabelecimento onde são prestados cuidados de saúde, ou por qualquer outra forma, exerce a sua atividade profissional por conta própria em estabelecimento de saúde, desde que sobre o mesmo detenha controlo”*;
- iv. Para efeitos do cumprimento da obrigação de registo ou de atualização de registo do estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, as entidades responsáveis devem aceder ao portal de internet da ERS, através do link <https://www.ers.pt/pt/prestadores/registo-de-prestadores/>.